

Michel Foucault: a militância como exercício ético

Priscila Piazzentini Vieira. *A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2015, 199 pp.

Tony Hara

Jornalista e Doutor em História da Cultura pela UNICAMP. Contato: hara.tony@gmail.com.

No decorrer do século 20 a Revolução foi perdendo o seu charme. Virou teoria científica, programa partidário e até mesmo procedimento burocrático, como no caso da experiência stalinista em que a Revolução foi estatizada. A paixão pela transformação e pela liberdade foi capturada, institucionalizada, dissecada pelos dirigentes do partido e por uma vanguarda intelectual.

Esse processo afastou as pessoas da Revolução. Como diz Michel Foucault numa de suas aulas no *Collège de France* em 1982, esse esquema de conversão à Revolução via adesão a um partido dito revolucionário fracassou: “Sabemos hoje em dia, em nossa experiência cotidiana que só nos convertemos

à renúncia à revolução. Os grandes convertidos de hoje são os que não creem mais na revolução”. Daí a tarefa do intelectual no tempo de agora: “restituir à revolução todos os charmes que ela tinha no século 19”.

Charme é uma palavra interessante. Nos dicionários de etimologia encontramos *carmen*, expressão latina que tinha como sentido poema, verso, encantamento. O livro da historiadora Priscila Piazzentini Vieira pode ser lido como uma tentativa de restituir o encanto pela revolução, a sua força poética.

Não se trata de atualizar a velha cartilha revolucionária editada pelo partido, nem de renovar as palavras de ordem, proféticas ou

motivacionais, a fim de capitalizar engajamentos e adesões. Na companhia de Foucault, a autora procura meios e instrumentos para reapossar, tomar posse novamente, da paixão transformadora, do devir revolucionário. O livro, no fundo, fala de uma possível inovação da militância política em nossa época. Na possibilidade, para usar aqui os termos de Nietzsche, de sermos poetas de nossas vidas começando pelas coisas pequenas, próximas, cotidianas.

As principais referências de Priscila Piazzentini são os trabalhos de Michel Foucault escritos e vividos entre o final da década de 1970 e junho de 1984, data de sua morte. A autora chama para a arena do pensamento artigos, entrevistas, gestos e manifestos que articulam os estudos da ética antiga (grega, helenística e romana) com a ação política no presente. É nessa articulação que se procura instrumentos que suscitem uma renovação do olhar e do pensamento sobre as práticas militantes do tempo de agora.

O principal eixo de articulação entre a ética antiga e a ação política é a questão da verdade. O tema é complexo e tratado pela autora com todo o cuidado e minúcia que a complexidade exige, pois implica o entendimento de um momento de grandes mudanças no pensamento de Foucault. Esquemáticamente, podemos dizer que se trata da passagem do “Foucault do poder” para o “Foucault da ética”; da análise das relações de dominação para a reflexão sobre o governo de si mesmo.

No espaço dessa resenha não será possível resumir essa série de deslocamentos operados por Foucault e flagrados por Priscila Piazzentini. Apenas destaco algumas reflexões sobre o tema da verdade diretamente ligadas ao problema da vida revolucionária na atualidade.

A partir do final do século 19 os partidos e os sindicatos de trabalhadores se institucionalizaram. De uma certa maneira, essas organizações fortemente hierarquizadas se tornaram as donas da verdade da Revolução.

Quem sabia o que deveria ser feito na tomada do poder do Estado para a implantação de uma nova sociedade era o partido e seus intelectuais de vanguarda, que tinham como missão a conscientização das massas. Cabia aos militantes convertidos à causa, ou conscientizados, praticar a obediência. A regra era simples: a organização vem antes do indivíduo.

A autora retoma a análise sobre o *poder pastoral*, estudado por Foucault, para compreender esse processo de emergência de uma estrutura de autoridade no interior das instituições revolucionárias. Há um paralelo entre os pastores de almas e os intelectuais de vanguarda no modo de condução do rebanho convertido. Nessas organizações é fundamental que o indivíduo se reconheça e se confesse incapaz de encontrar a salvação; que renuncie a si mesmo, seus pecados ou desvios pequenos burgueses, em benefício da causa divina ou revolucionária, em obediência às autoridades que sabem da verdade.

A partir da segunda metade do século 20 os partidos revolucionários começaram a perder a hegemonia sobre as vontades individuais. Aqueles intelectuais que invocavam a teoria de Marx como sendo a única verdade foram ficando cada vez mais avulsos. Convictos em demasia na palavra da grande autoridade, eles desaprenderam a ouvir, pois estavam apenas ocupados em falar como é que as pessoas deveriam agir e pensar.

Alheios ao proselitismo partidário, os movimentos sociais abriram passagem no jogo político nessa segunda metade do século 20, especialmente após as revoltas de Maio de 68. Os movimentos feminista, gay, hippie, black power, ambiental, antimanicomial, dentre tantos outros, transformaram cotidiano das pessoas, sem recorrer à cartilha, ao programa, ao projeto do partido e de seus intelectuais orgânicos.

O filósofo viu com bons olhos essas manifestações políticas que ocorreram à revelia dos partidos

revolucionários tradicionais. Esses movimentos não visavam o poder do Estado, ou o controle dos meios de produção. A jogada, como sabemos, era outra. A luta era contra as instâncias de poder que agiam diretamente sobre os indivíduos. O que se manifestava nas ruas era o desejo de novas relações socioéticas. Um jeito diferente de se relacionar com consigo mesmo e com os outros; uma outra relação, que não a de dominação, entre homens e mulheres, negros e brancos, entre as minorias e a maioria.

Os combates, na análise de Foucault, eram contra a submissão da subjetividade e pela afirmação do direito de ser diferente. Afirmação daquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Como diz o filósofo: “Nós somos prisioneiros de certas concepções de nós-mesmos e de nossa conduta. Nós devemos liberar nossa subjetividade, nossa relação conosco”. Liberar inclusive nosso desejo de transformação, a nossa vida militante, dos moldes

e das condutas preconcebidas ou predeterminadas pelo partido.

No viés trilhado por Priscila, a guerrilha contracultural, as lutas *imediatas*, as lutas *anárquicas*, indicam uma experiência ou uma possibilidade de constituição de uma “nova política da verdade”. Uma verdade, como escreve a autora, “não mais revelada através da objetividade de um método correto, que conseguiria descrever de forma neutra a coisa ou o objeto em si, mas pensada segundo os preceitos da *parrhesía* antiga, pautada pela coragem, pela sinceridade e pela liberdade de dizer em uma situação de risco” (p. 29).

A guerrilha é vista à luz da lanterna de Diógenes. E, desta perspectiva, a luta que se vê no território político é pelo desassujeitamento, pela recusa a um tipo de individualidade imposto; pela criação de novas formas de subjetividade, o que implica a transformação de si e o exercício de relações socioéticas baseadas em outros valores, normas, prioridades

e prazeres. Luta contra o aquilo que filósofo nomeou de “governo da individualização”, que tem a sua origem na obrigação de dizer a verdade sobre si mesmo. Um dever moral de longa tradição no mundo ocidental – de alguma maneira ligado ao imperativo socrático “Conheça-te a ti mesmo” –, confiscado, institucionalizado e utilizado como forma de controle dos indivíduos tanto pelo cristianismo quanto pelo Estado moderno.

O problema é que essa verdade sobre si mesmo que o indivíduo tem o dever de decifrar e confessar é resultado de uma complexa interação de saberes e de técnicas de poder. Daí a questão que Foucault formulou no curso *O Governo dos vivos* (1979-1980): “Como se formou um tipo de governo dos homens em que não se é requisitado somente a obedecer, mas a manifestar o que somos?”. Trata-se, portanto, de um governo pela verdade que cada indivíduo assume para si mesmo. Verdade que molda o modo de ser

do indivíduo, regra a sua maneira de agir e cria os contornos de uma identidade fixa, muitas vezes sufocante.

Como se resiste a esse tipo de governo pela verdade que remonta ao confessor cristão e se desdobra na modernidade? As “tecnologias de si”, as “práticas de si”, o “domínio de si por si mesmo”, as “artes da existência” – o filósofo encontra na cultura grega todo um repertório de práticas e de princípios que lhe parecem úteis para a problematização da relação entre a verdade sobre si mesmo e o poder.

O que é fascinante nos gregos é que a verdade sobre si mesmo não estava escondida nas dobras da alma ou cravada em um eu interior profundo, que precisaria ser escavado sob a vigilância de um diretor de consciência, seja ele um padre, pastor, psiquiatra ou juiz. A verdade era visível, reluzente, exterior. Aos olhos de um grego cultivado filosoficamente, a verdade sobre si mesmo encontrava-se na exata correspondência entre o que

o indivíduo diz e faz, entre seu discurso e sua ação, entre o seu modo de ser e sua maneira de agir. A verdade era algo muito simples, mas, para ter acesso a ela, era preciso governar a si mesmo, ocupar-se com a sua própria existência. A verdade sobre si, nesta perspectiva, desempenha mais a função de um princípio permanente e vivo de ação (ajo de acordo com o que penso e digo) do que de procedimento de sujeição do indivíduo em benefício da ordem e da moral do rebanho governado.

Em suas últimas pesquisas e leituras Foucault encontrou nos filósofos cínicos uma forma radical de afirmação desse princípio da vida reta, de manifestação da verdade sobre si mesmo em atos, gestos, atitudes cotidianas. Uma relação com a verdade que implicava e envolvia a afirmação de um modo de vida diferente, insolente e militante. Foucault passou pelo platonismo, pela filosofia estoica e epicurista, mas quando a morte o alcançou o problema que exigia a

sua atenção era: qual deve ser a forma de vida que pratique o dizer verdadeiro? Daí o seu encanto pela filosofia cínica, por Diógenes e sua turma que praticaram o princípio da vida reta com uma coragem absurda, extraordinária. Como anotou Foucault em suas últimas aulas no *Collège de France*: “A vida como presença imediata, deslumbrante e selvagem da verdade, é isso que se manifesta no cinismo. Ou ainda: a verdade como disciplina, como ascese e despojamento da vida. A vida verdadeira como vida de verdade. Exercer em sua vida e pela sua vida o escândalo da verdade é isso que foi praticado pelo cinismo, desde sua emergência”.

Abandonai o caminho das bestas. Essa era uma das frases preferidas de Diógenes, o filósofo cínico mais conhecido e admirado no mundo antigo. Diógenes, aquele que morava num barril, que tratou Alexandre, o Grande, com insolência; filósofo que vivia como um cão de rua, andrajoso, zombando dos homens apressados que renunciaram a si

mesmo, capturados pela ambição por riquezas e honras, ou pela obediência bovina, e muitas vezes hipócrita, às convenções sociais, às leis e às normas da sociedade dita civilizada.

Transformar a vida em presença imediata, provocadora e selvagem da verdade, não é uma questão de retórica, de palavreado bonito sobre a revolução, sobre a transformação da sociedade. Trata-se de uma aventura do conhecimento que tem como objetivo a transformação de si mesmo, a constituição de um sujeito ético, capaz de suportar as delícias e as dores da vida reta. Quer mudar o mundo? Então deixe de conversa mole – diria um cínico –, abandone o caminho das bestas, e se dedique a transformação de si mesmo. Transforme, primeiramente, a vida verdadeira, essa que você diz que virá após a revolução, em vida de verdade, aqui e agora.

O desafio ético colocado pelos cínicos é desconcertante. A transformação do mundo não passa pela idealização e promoção

de um “outro mundo”, da cidade ideal ou da sociedade perfeita. A transformação do mundo passa pelo domínio de si mesmo, pelas práticas de si, pela recusa às convenções, à moral dos vencedores, a um tipo de individualidade que tem como virtudes a obediência e a inveja de quem possui mais poder ou riqueza. A *militância* filosófica dos cínicos nas ruas e praças das cidades gregas aposta na transformação do mundo a partir da própria transformação do modo de viver, comprometido com a verdade refletida e exercitada cotidianamente, à luz do dia.

É preciso restituir o charme da ação revolucionária nessa época de conservadorismos bisonhos (Escola sem Partido?!), de fé na renúncia à Revolução, na renúncia a si mesmo. Na filosofia cínica faísca um charme, um certo encanto selvagem que Priscila Piazzentini traduziu na forma de uma pergunta bárbara: “E se a revolução fosse menos a tomada do poder e mais a invenção de novos modos de vida?” (p.116). Essa é a aposta:

a transformação do mundo pelo próprio modo de viver. Um outro exercício militante, engajado na vida, na transformação refletida de si mesmo, de acordo com critérios éticos assumidos e praticados como

se deve. Militante filosófico que pratica a liberdade no processo de constituição de si mesmo; mas poeta também, isto é, intérprete de sua própria existência, inventor de seu próprio modo de vida.